

1 Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2024, às 9h00, reuniram-se ordinariamente os  
2 conselheiros da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC do Comitê da Bacia  
3 Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de videoconferência,  
4 utilizando-se da plataforma *Teams*. **Conselheiros presentes:** Adailson de Oliveira Santos –  
5 Secretaria de Estado de Saúde (SES); João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento – Instituto  
6 Estadual de Florestas (IEF); Humberto Fernando Martins Marques – Prefeitura de Belo  
7 Horizonte; Higor Suzuki Lima – Prefeitura de Nova Lima; Luiz Cláudio Figueiredo – VALE S.A;  
8 Patrícia Sena Coelho Cajueiro - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
9 (FIEMG); Rogério Brito Morais – Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais  
10 (FAEMG); Tarcísio de Paula Cardoso - Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha  
11 (ACOMCHAMA); Cecília Rute de Andrade Silva – Conviverde. **Convidados presentes:**  
12 Dimas Correa, Wolmara Teixeira, Flávia Mendes, Guilherme Moreira – Agência Peixe Vivo;  
13 Leonardo Ramos – Assessoria de Comunicação Tanto Expresso; Alexandre Guimarães –  
14 COPASA e Subcomitê Águas da Moeda; Beat Willi – Comissão Macacos e Subcomitê Águas  
15 da Moeda; João Gustavo Magalhães Silva – C-SUL e Subcomitê Águas da Moeda; Pedro  
16 Pires – Instituto Cresce e Subcomitê Águas da Moeda; Rafael Aguilar – Instituto Bacia Viva e  
17 Subcomitê Águas da Moeda; Marisa Guerra Lapertosa – Associação Comunitária de  
18 Macacos e Subcomitê Águas da Moeda; Paulo Gonçalves Carvalho – ECOAVIS e Subcomitê  
19 Águas da Moeda; Isa Ribeiro – Comissão Macacos; Bruno von Sperling – Equipe de  
20 Mobilização Tanto Expresso; Mauro Lobo de Rezende – VALE S.A e Subcomitê Águas da  
21 Moeda; Luiz Breda, Pedro Barbosa, Carla Tinoco, Célio Gomes, Douglas Pereira, Henrique  
22 Bretas, Victor Machado Magalhães, Livia Nogueira – VALE S.A; André Luiz de Paula Oliveira -  
23 Unidade Regional de Gestão das Águas da Zona da Mata (URGA ZN). **Pauta: Item 1.**  
24 Abertura, verificação de quórum e recepção dos conselheiros **Item 2.** Aprovação da ata da  
25 reunião do dia 11 de dezembro de 2023. **Item 3.** Processo de Outorga de grande porte  
26 55108/2023 Requerente: Vale S.A. Finalidade: Canalização do ribeirão dos Macacos, como  
27 medida de readequação do curso hídrico em questão, em decorrência do processo de  
28 descaracterização da Estrutura de Contenção a Jusante (ECJ), que atende à barragem B3/B4  
29 da mina Mar Azul. Curso d'água: Ribeirão Macacos. Município: Nova Lima UTE: Águas da  
30 Moeda. **Item 4.** Assuntos gerais e encerramento. **Item 1:** Tarcísio Cardoso inicia a reunião  
31 agradecendo a presença de todos. Justifica a ausência do coordenador Eric Machado, que,  
32 além de estar de férias, está realizando um curso junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do  
33 Rio São Francisco. Explica o motivo dessa reunião e contextualiza a pauta do dia. Em  
34 seguida, pede para que os participantes se apresentem, na oportunidade, Dimas Correa  
35 informa que a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) indicou Patrícia Sena  
36 Coelho Cajueiro como sua representante nesta câmara técnica. **Item 2.** Antes de abrir  
37 votação, Tarcísio faz suas considerações a respeito da ata da reunião do dia 11 de dezembro  
38 de 2023, tendo sido bem elaborada, com riqueza de informação, mesmo com alguns itens  
39 que possam ter passado despercebido. Os demais conselheiros concordam. Sendo  
40 colocada em votação, é aprovada com uma abstenção, da conselheira Patrícia Sena, que não  
41 estava presente no dia da reunião. **Item 3.** Luiz Cláudio Figueiredo trás o contexto do  
42 processo do pedido de outorga a ser analisado pela CTOC. É uma intervenção que está  
43 relacionada à barragem B3 e B4 da Mina de Mar Azul, localizada no município de Nova Lima,  
44 mais especificamente na região de Macacos. Essa barragem está em processo de  
45 descaracterização, assim como outras construídas ou alteadas com o método de montante.  
46 Antes de iniciar o processo de descaracterização foi necessário construir a estrutura objeto

47 deste processo de outorga, a Estrutura de Contenção à Jusante (ECJ), que é necessária para  
48 garantir a segurança da bacia hidrográfica como um todo, onde em caso de hipotético  
49 rompimento da barragem, essa estrutura faz a contenção os rejeitos oriundos da barragem.  
50 Como hoje a barragem está sendo descaracterizada, e assim deixando de ter um nível de  
51 emergência, a ECJ também precisa ser descaracterizada. E estando em cima de um curso  
52 d'água, haverá intervenção no mesmo, com sua recomposição e revestimento do canal com  
53 gabiões em um trecho de 550 metros, e assim se justifica o pedido de outorga. Em seguida, é  
54 passada a palavra à Henrique Bretas, faz um resumo geral das obras. Diz que até o momento  
55 98% do volume previsto já foi removido da barragem B3/B4. O projeto foi composto por 18  
56 etapas de remoção, estando atualmente na 14ª, tendo um efetivo de 375 trabalhadores e em  
57 torno de 60 equipamentos. As obras de descaracterização foram iniciadas em novembro de  
58 2020 e devem ser concluídas em maio de 2024. Henrique apresenta o levantamento  
59 topográfico, com o corte longitudinal no eixo da barragem, o perfil do terreno em julho de 2021  
60 e o perfil atual. Explica a ECJ está a cerca de 8 km da barragem. Mostra o ponto previsto para  
61 construção do canteiro de obras, o conceito do projeto, com o aproveitamento de todo o  
62 material escavado da estrutura para evitar o tráfego de equipamentos pesados, revestimento  
63 em colchão reno e revegetação. Por fim, Henrique diz que a expectativa é de concluir as  
64 obras de descaracterização da ECJ antes do início chuvoso de 2024. Em complemento, Luiz  
65 Cláudio explica que a intervenção visa reconformar o ribeirão Macacos no trecho em questão,  
66 de modo a deixar o curso d'água seguir seu fluxo sem o empecilho do barramento provocado  
67 pela ECJ. Humberto Martins questiona se a canalização manterá o nível atual do curso  
68 d'água ou se haverá algum tipo de desnível. Célio Gomes reforça que o material a ser  
69 utilizado será o do próprio barramento e as condições originais do curso d'água serão  
70 mantidas. Após a conclusão dessa obra, o plano de recuperação de áreas degradadas  
71 (PRAD) será colocado em prática, com a previsão de recomposição vegetal. Humberto  
72 lembra que, à época da construção da ECJ houve um impacto importante à comunidade local,  
73 havendo um distanciamento entre as partes, e questiona como está sendo a relação entre a  
74 empresa e a comunidade, e como essa nova intervenção tem sido vista dentro desse  
75 contexto. Célio concorda com o impacto citado por Humberto, e explica que a pretensão de  
76 evitar que isso ocorra novamente é aproveitar todo o material que já está lá, utilizado na  
77 construção das estruturas. Cecília Rute solicita que a proposta de recomposição do leito seja  
78 mais detalhada. Célio explica que o leito será revestido com colchão reno, nas medidas de 25  
79 metros de largura, e 3,60 metros de profundidade, formando um trapezoidal. Além disso, a  
80 ideia do projeto é evitar a demolição do vertedor, ocorrendo somente na tomada d'água  
81 principal, seguido por um rebaixamento até o nível do curso natural. Guilherme Moreira  
82 pergunta quais as medidas de controle ambiental estão previstas para a fase de obras,  
83 especialmente em relação a um potencial transporte de sedimentos para o curso d'água a  
84 jusante. Célio diz que será criada uma ensecadeira e bombeamento do trecho no momento  
85 da disposição dos blocos para evitar a turbidez na água, além de uma camada vegetal  
86 projetada para formar uma camada de matéria orgânica no solo que possa comportar  
87 espécies arbóreas. Rafael Aguilar informa que na última quinta-feira o projeto de  
88 descaracterização da barragem foi apresentado à comunidade, onde houve sim uma  
89 insatisfação muito grande por boa parte dos presentes, uma vez que não houve participação  
90 popular no processo de elaboração do projeto. Por mais que exista o entendimento de que  
91 não poderia apresentar questões técnicas que pudessem ser relevantes, a comunidade é a  
92 principal afetada, e precisava ser consultada, ou pelo menos considerada, uma vez que

93 muitas questões poderiam ser sugeridas, assim como está ocorrendo na presente reunião.  
94 Rafael diz que poderia ter sido pensado um projeto que permitisse maior balneabilidade e  
95 inserções de trilhas de acesso para a comunidade, bem como outras sugestões que poderiam  
96 ter sido acolhidas. Além disso, tem dificuldade de enxergar um projeto que estivesse  
97 integrado e que pudesse ser um benefício social para a região. Victor Magalhães diz que o  
98 acompanhamento da estrutura a partir de sua descaracterização é de 2 anos, mas o prazo de  
99 acompanhamento das ações previstas no PRAD é mais longo, e depende do  
100 desenvolvimento espécies a serem introduzidas. Tarcísio entende que as reivindicações  
101 colocadas por Rafael são plausíveis, e pergunta se podem ser inseridas ao projeto. Célio diz  
102 que não vê dificuldade em estar conversando posteriormente no que diz respeito à relação da  
103 empresa com a comunidade, e entende também que as questões colocadas podem ser  
104 trabalhadas. Beat Willi faz um resgate histórico da construção da ECJ, com os impactos  
105 provocados pelo transporte da carga utilizada para isso, dentre outras questões envolvidas, e  
106 contextualiza a situação vivida ao incômodo que sente em relação ao projeto de  
107 descaracterização dela, com a comunidade local tendo sido convidada a tomar conhecimento  
108 dias atrás, e sem a possibilidade de discussão, uma vez que já havia sido aprovado pelos  
109 órgãos competentes. Beat diz que esse é mais um exemplo das vezes em que a comunidade  
110 é deixada de lado, seja pela VALE S.A, pela prefeitura, pela Defesa Civil e até mesmo pelo  
111 Ministério Público, mesmo sendo ela quem sabe das reais necessidades da região. Isa  
112 Ribeiro diz que, assim como outros representantes da comunidade, não se sente  
113 contemplada com o projeto e, como já foi dito anteriormente, não é possível recuperar a área  
114 e mantê-la como era anteriormente, e sim recompô-la. Diz que foi impactada negativamente  
115 em outras ocasiões ligadas a este empreendimento, conforme relatado por Beat. Deste modo,  
116 entende que o necessário para atender a comunidade é a realização de compensações. Beat  
117 aproveita a oportunidade para questionar quanto à recuperação das estradas que foram  
118 danificadas à época da construção da ECJ, que afetou inclusive as atividades turísticas da  
119 região. Pedro Lima reforça o que foi dito, e convida a empresa para, não somente nesse  
120 caso, mas nas oportunidades futuras, poder se aproximar da comunidade, poder abrir um  
121 canal de diálogo. E assim, poder criar um processo de construção de tomada de decisão que  
122 envolva todas as partes. Luiz Cláudio entende que, para além do processo de outorga em  
123 debate, é preciso sim ouvir esse tipo de manifestação. O papel do comitê de bacia é muito  
124 importante nesse sentido, e cumpre seu papel de dar voz a todos. Pedro Pires considera que  
125 muitas perguntas a respeito do projeto ainda precisam ser respondidas. O que está ocorrendo  
126 neste momento é o desmonte de um muro de contenção que causou diversos danos que  
127 podem ser considerados como irreparáveis, e não existe compensação com possa diminuir  
128 danos psicológicos. Pedro questiona o tempo de acompanhamento do PRAD, e para além da  
129 revegetação, como vai ser o desmonte dessa estrutura de contenção; o controle de material  
130 particulado, ruídos, além da ausência do Ministério Público. Rafael reforça a ideia de  
131 balneabilidade do projeto, pois entende que seria um instrumento que pode reforçar a  
132 economia com base no turismo. Por fim, solicita que os prazos relativos ao PRAD possam ser  
133 mais bem esclarecidos, sugerindo uma apresentação do documento ao Subcomitê Águas da  
134 Moeda. Assim, é acordado que questões ligadas ao PRAD sejam apresentadas ao Subcomitê  
135 em sua reunião a ser realizada em 28 de maio. A respeito de recomposição de vegetação,  
136 Rogério Morais esclarece que, de acordo com o Código Florestal, um PRAD deve ser  
137 apresentado quando uma área degradada é uma reserva legal. Dependendo do tamanho  
138 dela, o programa de regularização ambiental pode chegar a 20 anos. E esse

139 acompanhamento envolve reportar ao órgão regulador o desenvolvimento dessa área a cada  
140 2 anos até que se chegue ao resultado esperado. Tarcísio entende que que as demandas  
141 trazidas pelos representantes do Subcomitê Águas da Moeda são legítimas, até pelo que foi  
142 vivenciado tempos atrás. E entende também que os representantes da VALE S.A estão  
143 entendendo essas demandas e, mesmo não podendo responder a todos nesse momento,  
144 estão assimilando o que está sendo pedido. E considera muito importante se fazer um esforço  
145 para que essa situação fique clara especialmente durante a plenária que será realizada para  
146 deliberar este tema. E especialmente, que seja feito o esforço de aproximação entre a  
147 empresa e a comunidade. André Oliveira pede a palavra e informa que, pesar de estar lotado  
148 na URGAs Zona da Mata, foi o responsável técnico por analisar esse processo por parte do  
149 IGAM. Essa decisão de atribuir processo das regiões central e noroeste a outras URGAs tem  
150 ocorrido visando dar vazão e encerrar as pendências relativas aos processos de outorga  
151 existentes. Quanto ao processo em questão, diz que o empreendedor seguiu corretamente  
152 toda a legislação, e a análise do IGAM é balizada nesse sentido. De acordo com o que foi  
153 caracterizado, a estrutura está sendo descomissionada e será formado um canal do curso  
154 d'água como se fosse um curso natural. Os estudos apresentados envolvem um  
155 dimensionamento de vazão máxima com tempo de retorno de 1000 (mil) anos, sendo que a  
156 legislação para esses casos prevê o mínimo de 50 anos. E esse dimensionamento  
157 apresentou medidas de confiança e mitigadoras de impactos à montante e à jusante da  
158 intervenção. Assim, pelo estudo apresentado e pela legislação vigente, o órgão ambiental é  
159 favorável ao deferimento do processo. Como encaminhamento e sequência aos  
160 procedimentos de análise deste processo, Dimas sugere que seja realizada uma visita  
161 técnica, propondo a manhã do dia 02 de maio para isso. A sugestão é aceita por todos, e  
162 Tarcísio reforça o convite para que os representantes da comunidade participem da visita.  
163 Posterior à visita será definida a data da próxima reunião da CTOC para decidir acerca do  
164 encaminhamento ao plenário do comitê. **Item 4:** Dimas informa que a Diretoria de  
165 Planejamento e Regulação - DPLR em parceria com a Gerência de Apoio aos Comitês de  
166 Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa - GECBH do IGAM ministrarão a  
167 Capacitação e Alinhamento sobre os procedimentos para análise dos processos de outorga  
168 de grande porte pelos CBHs para todos os comitês de bacia de Minas Gerais e suas câmaras  
169 técnicas, essa capacitação será realizada no dia 30 de abril de 14h às 16h. Não havendo  
170 mais nenhum assunto a tratar, a coordenação da CTOC atesta que esta reunião ocorreu com  
171 a estrutura mínima necessária para possibilitar a participação de todos os conselheiros, e  
172 encerrou a mesma, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada na reunião do dia 20  
173 de maio de 2024.

174  
175



**Tarcísio de Paula Cardoso**  
Secretário da CTOC